

Nº da proposição 00615/2019 **Data de autuação** 31/10/2019

Assunto principal: PROPOSIÇÕES Assunto: PROJETO DE LEI

Autor: DEPUTADA FERNANDA PESSOA

Ementa:

DESARQUIVAMENTO DO PROJETO DE LEI N.º 243/2017 - CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO CEARENSE AO SENHOR CARLOS MANUEL RESENDE DE OLIVEIRA.

Comissão temática:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



Nº da proposição 00243/2017 **Data de autuação** 14/09/2017

Assunto principal: PROPOSIÇÕES Assunto: PROJETO DE LEI

Autor: DEPUTADA FERNANDA PESSOA

Ementa:

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO CEARENSE AO SENHOR CARLOS MANUEL RESENDE DE OLIVEIRA.

Comissão temática:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROJETO DE LEI nº 2/43/17

TÍTULO CONCEDE DE CEARENSE AO SENHOR CARLOS MANUEL

RESENDE DE OLIVEIRA

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Cearense ao Sr. Carlos Manuel Resende de Oliveira.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mikeedeel

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 09 DE **AGOSTO DE 2017.**

JUSTIFICATIVA

Nascido há 58 anos em Romariz, uma pequena aldeia do norte de Portugal, ficou órfão de pai aos 20 anos, o que o obrigou a interromper os estudos e a seguir uma carreira profissional.

Carreira de curta duração, pois aos 23 anos, tomou a decisão de constituir a sua primeira Empresa, ligado ao setor de couro para calçado, e que até hoje, para além de ser uma referência em Portugal, continua a ser a sua "menina dos olhos".

Na hora de se decidir por uma experiência internacional, o Brasil acabou por ser a opção e o Nordeste a escolha natural. A simpatia e hospitalidade dos Cearenses fizeram o resto.

O município de Maracanaú não foi uma escolha consensual. Mas foi sua aposta para empreender. Há 20 anos, Maracanaú não era uma cidade como é hoje, com transporte coletivo, avenidas duplas. Era uma típica cidade do interior e o surgimento de um Shopping, com as dimensões do Shopping Maracanaú e com as lojas que só se viam na capital, Fortaleza, foi uma autêntica revolução.

Depois disso, atendendo a um desafio e incentivo do então Prefeito Roberto Pessoa, levou ao município profissionais e investimentos que contribuíram para transformar o Maracanaú que hoje é uma referência no setor Comercial e Industrial. Com forte dinamismo e com visão empreendedora foi pioneiro e impulsionou a criação de um Centro de Negócios, o Business Center, que pudesse congregar num só local as diversas atividades de serviços, comércio e até mesmo equipamentos institucionais. Hoje, tem cerca de 600 salas, congrega o Fórum da Justiça Federal, Sede da OAB, diversos consultórios jurídicos, clínicas e consultórios médicos, escritórios de arquitetura e engenharia.

Desta forma empreendendo, firmou parcerias importantes no Ceará e no Brasil. Recentemente iniciou um projeto de construção de 23 hotéis nas diversas capitais brasileiras, um deles o Zii Hotel que foi implantado em Maracanaú.

Depois de todas estas iniciativas, já concretizadas, realizou a construção das primeiras Torres Residenciais da região metropolitana, em Maracanaú.

Por sua contribuição com o desenvolvimento econômico e social do Ceará, solicito o apoio de todos os colegas parlamentares na aprovação de tão justa homenagem.

Fernanda Pessoa
Deputata Estadual – PR

Market

Aderlânia Noronha Agenor Neto Antônio Granja Audic Mota SD **PMDB** PDT **PMDB** Augusta Brito Bruno Gonçalves **PCdoB PMB** PEN PΡ Capitão) Wagner PR Carlos Matos Danniel Oliveira **PSDB PMDB** Terros Dr. Santana Dr. Carlos Felipe Dra./Silvana /PMDB PT PDT **PCdoB** Elmano Freitas Ely Aguiar Fernando Hugo Evandro Leitão PT **PSDC** PDT Ferreira Aragão Gony Arruda PSD Heitor Férrer PSB Jeová Mota PDT PDT

João Jaime Joaquim Noromha Julinho Leonardo Araújo DEM PDT **PMDB** Leonardo Pinheiro Lucílvio Girão Manoel Duca Mário Hélio PP PP PDT **PDT** Mírian Sobreira PDT Moises Braz Odilon Aguiar Osmar Baquit PΤ **PMB PSD** Rachel Marques Renato Roseno Roberio Monteiro Roberto Mesquita PT **PSOL** PDT PSD Tin Gomes Tomaz Holanda PRS Walter Cavalcante PHS PP Zezinho Albuquerque PDT

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO

Descrição: LEITURA NO EXPEDIENTE

Autor: 99725 - EVA SARA STUDART ARAÊJO PEREIRA

Usuário assinador: 99735 - DEPUTADO AUDIC MOTA

Data da criação: 15/09/2017 10:07:17 **Data da assinatura:** 15/09/2017 15:43:37



PLENÁRIO

DESPACHO 15/09/2017

LIDO NA 113ª (CENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA NONA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 15 DE SETEMBRO DE 2017.

CUMPRIR PAUTA.

DEPUTADO AUDIC MOTA

1° SECRETÁRIO

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: INFORMAÇÂO

Descrição: ENCAMINHE-SE À PROCURADORIA

Autor: 99746 - ISABELA DE ALENCAR ANTERO RODRIGUES
Usuário assinador: 99746 - ISABELA DE ALENCAR ANTERO RODRIGUES

Data da criação: 18/09/2017 10:04:58 **Data da assinatura:** 18/09/2017 10:05:59



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

INFORMAÇÂO 18/09/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-034-00
FORMULÁRIO DE PROTOCOLO PARA PROCURADORIA	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	27/04/2012
	ITEM NORMA:	7.2

MATÉRIA:

- MENSAGEM N°
- PROJETO DE LEI N°. 243/2017
- PROJETO DE INDICAÇÃO N°.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N°
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°.
- PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N°.
- PROJETO DE RESOLUÇÃO N°

AUTORIA: DEPUTADA FERNANDA PESSOA

Encaminha-se à Procuradoria para emissão de parecer.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

ISABELA DE ALENCAR ANTERO RODRIGUES

ASSESSOR (A) DA COMISSÃO

 N° do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO

Descrição:PL 243/2017 - REMESSA À CTJURAutor:99313 - WALMIR ROSA DE SOUSAUsuário assinador:99313 - WALMIR ROSA DE SOUSA

Data da criação: 18/09/2017 10:29:58 **Data da assinatura:** 18/09/2017 10:30:55



COORDENADORIA DAS CONSULTORIAS TECNICAS

DESPACHO 18/09/2017

ENCAMINHE-SE À CONSULTORIA TÉCNICO-JURÍDICA, PARA ANÁLISE E PARECER.

WALMIR ROSA DE SOUSA

COORDENADOR DA PROCURADORIA

Nº do documento:(S/N)Tipo do documento:DESPACHODescrição:PL 243/2017 - DISTRIBUIÇÃO PARA ANALISE/PARECER.Autor:99281 - FRANCISCO JOSE MENDES CAVALCANTE FILHOUsuário assinador:99281 - FRANCISCO JOSE MENDES CAVALCANTE FILHO

Data da criação: 20/09/2017 15:36:41 **Data da assinatura:** 20/09/2017 15:37:39



CONSULTORIA TÉCNICO JURÍDICA

DESPACHO 20/09/2017

À Dra. Sulamita Grangeiro Teles Pamplona para proceder análise e emitir parecer.

FRANCISCO JOSE MENDES CAVALCANTE FILHO

DIRETOR DA CONSULTORIA TÉCNICO JURÍDICA

N° do documento: (S/N) Tipo do documento: PARECER DA PROCURADORIA (1 ASSINATURA)

Descrição:PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI № 243/17Autor:99379 - SULAMITA GRANGEIRO TELES PAMPLONAUsuário assinador:99379 - SULAMITA GRANGEIRO TELES PAMPLONA

Data da criação: 22/09/2017 11:42:34 **Data da assinatura:** 22/09/2017 11:44:14



CONSULTORIA TÉCNICO JURÍDICA

PARECER DA PROCURADORIA (1 ASSINATURA) 22/09/2017

PROJETO DE LEI Nº 00243/2017

AUTORIA: DEPUTADO FERNANDA PESSOA

MATÉRIA: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO CEARENSE AO SENHOR CARLOS MANUEL RESENDE DE OLIVEIRA.

PARECER

Submete-se à apreciação desta Procuradoria, com o fito de emitir-se parecer técnico quanto à sua constitucionalidade legalidade, juridicidade e regimentalidade, o *Projeto de Lei nº 243/2017*, de autoria da Exma Senhora *Deputada Fernanda Pessoa* que "Concede o Título de Cidadão Cearense ao Senhor Carlos Manuel Resende de Oliveira".

ASPECTOS LEGAIS

A propositura do nobre Deputado dispõe, no art. 1°, que: "É concedido *ao Senhor Carlos Manuel Resende de Oliveira*, natural de uma pequena aldeia de **Portugal**, de acordo com a LEI nº 12.510 de 06 de dezembro de 1995, o **Título de Cidadania Cearense**".

Prescrevem os artigos 1º e 2º da Lei nº 12.510, de 06 de dezembro de 1995, que:

"Art. 1º - a Lei poderá conceder".

Título Honorífico de Cidadão Cearense a brasileiro ou a estrangeiro, que haja prestado relevantes serviços ao Estado.

Art. 2º - <u>A proposta de concessão de Título a que se refere o artigo 1º, acompanhada dos</u> dados biográficos do homenageado, será feita através de Projeto de Lei subscrito, no

mínimo, de dois terços dos membros do Poder Legislativo" (grifo nosso)

Determina o artigo 196, inciso II alínea "b", do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará (Resolução N. °389, de 11/12/96), **in verbis**:

"Art. 196. As proposições constituir-se-ão em":
...
II – projeto:
...

b) de lei ordinária; "

Observamos que a Nobre Parlamentar, autora da propositura sob exame, atendeu ao que determina a legislação que rege a matéria, vez que apresentou tal moção através projeto de lei, subscrito por mais de dois terços dos membros do Poder Legislativo, bem como anexou os dados biográficos do homenageado, onde se destacaram os relevantes serviços prestados ao Estado, ensejadores de mérito para a conquista de tal honraria.

CONCLUSÃO

Isto posto, manifestamo-nos **favoravelmente** à regular tramitação do presente projeto de lei, por se encontrar em perfeita sintonia com o que preceituam as Constituições Federal e Estadual, e se ajustar à exegese dos artigos 58, inciso III, e 60, inciso I, da Carta Estadual, como também aos artigos 196, inciso II, alínea "b", e 206, inciso II do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará (Resolução 389 de 11/12/96 - D.O. 12.12.96).

Atentem-se, por fim, para as disposições contidas no art. 4º da Lei nº 12.510, de 06 de dezembro de 1995, onde está consignado o limite de 8 (oito) títulos honoríficos de "*Cidadania Cearense*" durante a Sessão Legislativa anual, fazendo-se necessário o exame pelo setor competente desta Casa Legislativa com o fito de verificar se tal número foi ou não ultrapassado.

É o parecer, salvo melhor juízo.

CONSULTORIA TÉCNICO-JURÍDICA DA PROCURADORIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

SULAMITA GRANGEIRO TELES PAMPLONA

ANALISTA LEGISLATIVO

Sularita Crayrolets Perplan

 N° do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO

Descrição: PROJETO DE LEI 243/2017 - ANÁLISE E REMESSA AO PROCURADOR

Autor: 99313 - WALMIR ROSA DE SOUSA **Usuário assinador:** 99313 - WALMIR ROSA DE SOUSA

Data da criação: 22/09/2017 11:50:18 **Data da assinatura:** 22/09/2017 11:51:33



COORDENADORIA DAS CONSULTORIAS TECNICAS

DESPACHO 22/09/2017

DE ACORDO COM O PARECER.

ENCAMINHE-SE AO PROCURADOR.

WALMIR ROSA DE SOUSA

COORDENADOR DA PROCURADORIA

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO Descrição: PL 243/2017 - PARECER - ANÁLISE E REMESSA À CCJR

Autor:99649 - RODRIGO MARTINIANO AYRES LINSUsuário assinador:99649 - RODRIGO MARTINIANO AYRES LINS

Data da criação: 10/10/2017 10:09:47 **Data da assinatura:** 10/10/2017 10:11:14



GABINETE DO PROCURADOR

DESPACHO 10/10/2017

De acordo com o parecer.

À Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

RODRIGO MARTINIANO AYRES LINS

PROCURADOR

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: MEMORANDO

Descrição:DESIGNAÇÃO DE RELATORIAAutor:99359 - DEPUTADO SERGIO AGUIARUsuário assinador:99359 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR

Data da criação: 11/10/2017 20:39:24 **Data da assinatura:** 11/10/2017 20:40:51



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

MEMORANDO 11/10/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-021-04
MEMORANDO DE DESIGNAÇÃO DE RELATORIA	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	11/03/2016
	ITEM NORMA:	7.2

(CCJR)

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Capitão Wagner

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 65, inciso IV, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará), designamos Vossa Excelência para relatoria de:

	Emenda(s)		
Proposição	(especificar a numeração)	Regime de Urgência	Estudo Técnico
X	NÃO	NÃO	NÃO

Solicitamos observar os prazos estabelecidos no art. 82, do Regimento Interno, conforme abaixo:

Art. 82. O Relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:

- I 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;
- II 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de prioridades;
- III 2 (dois) dias, nas matérias em regime de urgência.

Solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão, tão logo seja emitido o parecer de Vossa Excelência.

Atenciosamente,

DEPUTADO SERGIO AGUIAR

Jergis Agris

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

N° do documento: (S/N) Tipo do documento: PARECER

Descrição: PARECER AO PROJETO DE LEI 243/2017 **Autor:** 99703 - FABIO BONAVIDES DE CASTRO

Usuário assinador: 99575 - CAPITAO WAGNER

Data da criação: 16/10/2017 09:43:33 **Data da assinatura:** 16/10/2017 11:46:52



GABINETE DO DEPUTADO CAPITAO WAGNER

PARECER 16/10/2017

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI 243/2017

Constitucional. "CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO CEARENSE A CARLOS MANUEL RESENDE DE OLIEIRA". Admissibilidade. Inteligência da Lei nº 12.510/95 c/c art. 196, inciso II, "b", do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

RELATÓRIO

Trata o presente parecer acerca do projeto de Lei 243/2017, da lavra de Sua Excelência a deputada Fernanda Pessoa, cujo escopo é a concessão do Título de Cidadão Cearense a Carlos Manuel Resende de Oliveira.

Na sua justificativa, o projeto traz as informações biográficas do homenageado, atendendo, conforme mencionado no parecer da procuradoria, o art. 2º da Lei 12.510, de 06 de dezembro de 1995.

MÉRITO

Frise-se, desde já, que conforme expressa previsão do Regimento Interno desta Augusta Casa Legislativa, especialmente no artigo 96, inciso I, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em caráter preliminar, o exame de admissibilidade das proposituras, no todo ou em parte, sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica de redação legislativa.

Passando à análise de admissibilidade do projeto, verifica-se que a matéria ora apresentada esta inserida no cerne das competências dos Deputados Estaduais. Além disso, A Lei 12.510, no seu artigo 2°, conforme já mencionado no parecer na procuradoria, dispõe que a proposta de concessão de Título Honorífico de Cidadão Cearense será feita por meio de Projeto de Lei subscrito, no mínimo, dois terços dos membros do Poder Legislativo.

Dessa forma, não se vislumbra óbices constitucionais e legais a impedirem sua regular tramitação.

VOTO

Considerando o exposto, verificando-se que a matéria preenche todos os requisitos sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica de redação legislativa opina-se pela APROVAÇÃO da referida propositura.

É o parecer, s.m.j.

SALA DAS COMISSÕES, EM 16 DE OUTUBRO DE 2017.

CAPITAO WAGNER

DEPUTADO (A)

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Descrição: CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Autor: 801 - JERÔNIMO ARAÚJO COSTA NETO

Usuário assinador: 99333 - ANTONIO GRANJA

Data da criação: 24/10/2017 13:19:16 **Data da assinatura:** 24/10/2017 15:52:32



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO 24/10/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-012-04
CONCLUSÃO DA COMISSÃO	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	10/08/2016
	ITEM NORMA:	7.2

27ª REUNIÃO ORDINÁRIA Data 24/10/2017

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

CONCLUSÃO: APROVADO O PARECER DO RELATOR

ANTONIO GRANJA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO EM EXERCÍCIO

André Fernandes	Acrisio Sena	Aderlânia Noronha	Antônio Granja
PSL	PT	SD	PDT
Ap. Luiz Henrique	Audic Mota	Augusta Bilito	Danniel Oliveira
PP	PSB	PCd6B	MDB
David Durand	Delegado Cavalcante	Dr. Carlos Felipe	Dra. Silvana
PRB	PSL	PCdoB	PR
Edilardo Eufrasio	Elmano Freitas	Erika Amorim	Evandro Leitão
MDB	PT	PSD	PDT
Fernando Hugo	Fernando Santana	Guilherme Landim	Gordim Araújo
	PT	PDT	PATRI
Heitor Ferrer	Jeová Mota	João Jaime	José Sarto
SD	PDT	DEM	PDT

Júlio César Filho Cidadania

Leonardo Pinheiro PP Marcos Sobreira PDT

Moisés Braz PMDB

Nelin Frit

Nezinho Farias PDT Nizo Costa

Oriel Nunes Filho PDT

Osmar Baquit PDT Patricia Aguiar PSD Queiroz Filho PDT

Renato Roseno PSOL

Romeu Aldigueri PDT

Salmito PDT Sérgio Aguiar PDT Tin Gomes PDT

Vitor, Valim PROS

Walter Cavalcante

/MDB

Davi de Raimundão

MDB

Lucílvio Girão

Manoel Duca

PDT

Tony Brito PROS

PROS

 N^o do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO

Descrição: LEITURA NO EXPEDIENTE

Autor: 99725 - EVA SARA STUDART ARAÊJO PEREIRA

Usuário assinador: 99623 - EVANDRO LEITAO_

Data da criação: 01/11/2019 11:59:48 **Data da assinatura:** 04/11/2019 14:21:14



PLENÁRIO

DESPACHO 04/11/2019

LIDO NA 134ª (CENTESIMA TRIGÉSIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

CUMPRIR PAUTA.

EVANDRO LEITAO

1° SECRETÁRIO

 N° do documento: (S/N) Tipo do documento: INFORMAÇÂO

Descrição: ENCAMINHA-SE Á PROCURADORIA

Autor:99427 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃOUsuário assinador:99427 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃOData da criação:07/11/2019 14:33:27Data da assinatura:07/11/2019 14:33:33



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

INFORMAÇÂO 07/11/2019

	Diretoria Adjunta Operacional	CÓDIGO:	FQ-COTEP-014-00
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Formulário de Qualidade Comissões Técnicas Permanentes	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	Formulário de Protocolo para Procuradoria	DATA REVISÃO:	

Encaminha-se à Procuradoria para emissão de parecer.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

Vinya Aguian

SECRETÁRIO (A) DA COMISSÃO

 N° do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO

Descrição: PROJETO DE LEI Nº 615/2019 - PARECER - ANÁLISE E REMESSA À CCJR.

Autor:99649 - RODRIGO MARTINIANO AYRES LINSUsuário assinador:99649 - RODRIGO MARTINIANO AYRES LINS

Data da criação: 12/11/2019 14:35:08 **Data da assinatura:** 12/11/2019 14:35:17



GABINETE DO PROCURADOR

DESPACHO 12/11/2019

De acordo com o parecer.

Encaminhe-se à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

RODRIGO MARTINIANO AYRES LINS

PROCURADOR

MEMORANDO Nº do documento: (S/N)Tipo do documento:

DESIGNAÇÃO DE RELATORIA NA CCJR Descrição: Autor: 99741 - DEPUTADO ANTONIO GRANJA 99741 - DEPUTADO ANTONIO GRANJA Usuário assinador:

13/11/2019 11:18:22 13/11/2019 11:18:40 Data da criação: Data da assinatura:



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

MEMORANDO 13/11/2019

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Diretoria Adjunta Operacional	CÓDIGO:	FQ-COTEP-002-01
	Formulário de Qualidade Comissões Técnicas Permanentes	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	Memorando de Designação de Relatoria	DATA REVISÃO:	07/06/2019

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Nezinho Farias

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 65, inciso IV, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno da ALECE), designamos Vossa Excelência para relatar:

Projeto: SIM

Emenda(s): NÃO

Regime de Urgência: NÃO.

Seguem os prazos, estabelecidos no art. 82, do Regimento Interno, os quais devem ser observados:

Art. 82. O Relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:

- I 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;
- II 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de prioridades;
- III 2 (dois) dias, nas matérias em regime de urgência.

Outrossim, solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão tão logo seja emitido o parecer.

Atenciosamente,

DEPUTADO ANTONIO GRANJA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº do documento: (S/N)Tipo do documento:

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 615/2019, DE AUTORIA DA DEPUTADA FERNANDA PESSOA, EM ANÁLISE Descrição:

NA CCJ

Autor: 99858 - DEPUTADO NEZINHO FARIAS Usuário assinador: 99858 - DEPUTADO NEZINHO FARIAS

Data da criação: 21/11/2019 10:14:55 Data da assinatura: 21/11/2019 10:15:34



GABINETE DO DEPUTADO NEZINHO FARIAS

PARECER 21/11/2019

> "Concede o título de cidadão cearense ao Senhor Carlos Manuel Resende de Oliveira"

I - RELATÓRIO

Trata-se do **Projeto de Lei nº 615/2019** proposto pela nobre Deputada Fernanda Pessoa, o qual concede o título de cidadão cearense ao Senhor Carlos Manuel Resende de Oliveira.

Em parecer opinativo da Procuradoria da Assembleia Legislativa do Ceará manifestou-se **favoravelmente** a tramitação do projeto em análise.

II - PARECER DO RELATOR

O referido Projeto de Lei dispõe sobre conceder o título de cidadão cearense ao Senhor Carlos Manuel Resende de Oliveira.

Conforme esclarecido pelo parecer da Procuradoria, a matéria em apreciação encontra-se em perfeita sintonia com os ditames legais.

Quanto ao aspecto legal, encontra-se em consonância conforme os artigos 58, inciso III, e 60, inciso I, de nossa Constituição Estadual:

"Art. 58. O processo legislativo compreende a elaboração de:

(...)

III – leis ordinárias;

(...)

Art. 60. Cabe a iniciativa de leis:

I – aos Deputados Estaduais;"

Da mesma forma estabelece os artigos 196, inciso II, alínea "b", e 206, inciso II do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará respectivamente, abaixo:

"Art. 196. As proposições constituir-se-ão em:

II – projeto:

b) de lei ordinária;

Art. 206. A Assembleia exerce a sua função legislativa, além da proposta de emenda à Constituição Federal e à Constituição Estadual, por via de projeto:

II – de lei ordinária, destinado a regular as matérias de competência do Poder legislativo, com a sanção do Governador do Estado;"

Diante do exposto, não vislumbramos óbices constitucionais para a deflagração da iniciativa legislativa em tela, devendo o Projeto em análise seguir o seu curso de tramitação regular nesta Casa de Leis.

III - CONCLUSÃO

Em face do exposto, opino de forma FAVORÁVEL à regular tramitação da presente Proposição.

DEPUTADO NEZINHO FARIAS

DEPUTADO (A)

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Descrição: CONCLUSÃO DA CCJR

Autor:99741 - DEPUTADO ANTONIO GRANJAUsuário assinador:99741 - DEPUTADO ANTONIO GRANJA

Data da criação: 27/11/2019 10:53:52 **Data da assinatura:** 27/11/2019 10:53:58



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO 27/11/2019

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Diretoria Adjunta Operacional	CÓDIGO:	FQ-COTEP-004-00
	Formulário de Qualidade Comissões Técnicas Permanentes	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	Conclusão da Comissão	DATA REVISÃO:	

32ª REUNIÃO ORDINÁRIA Data 26/11/2019

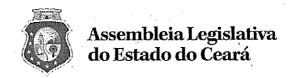
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

CONCLUSÃO: APROVADO O PARECER DO RELATOR

alin 9

DEPUTADO ANTONIO GRANJA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



Processo No:

00615/2019

Data do Cadastro: 14 - 05 - 2021

Interessado(a):

DEPUTADA FEERNANDA PESSOA

Assunto:

DESARQUIVAMENTO DO PROJETO DE LEI N.º 243/2017 - CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO CEARENSE AO SENHOR CARLOS MANUEL

RESENDE DE OLIVEIRA

Distribuição:

Por distribuição automática fica designado(a) o(a) Sr(a) DEPUTADO

FERNANDO SANTANA como relator(a) do processo em epígrafe.

Mesa Diretora, 17/05/2021

Hamilton Vieira Mota Junior

Secretário Executivo da Mesa Diretora



PROCESSO Nº 00615/2019

AUTOR: DEPUTADA FERNANDA PESSOA

ASSUNTO: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO CEARENSE AO SENHOR CARLOS

MANUEL RESENDE DE OLIVEIRA.

PARECER

O presente Projeto de Lei, de autoria da nobre Deputada Fernanda Pessoa, concede o Título Honorífico de Cidadão Cearense ao Senhor Carlos Manuel Resende de Oliveira, natural de Romariz, Portugal.

A honraria ora proposta é disciplinada pela Lei Estadual nº 12.510/95, sendo conferida a personalidades com relevantes serviços prestados ao desenvolvimento

Na justificativa da proposição em comento, a autora elencou as qualidades do homenageado, destacando sua atuação empresarial, com inúmeros investimentos que contribuíram para o desenvolvimento do Estado e do município de Maracanaú, gerando emprego e renda, fomentando a economia regional.

Em razão do exposto, emitimos PARECER FAVORÁVEL à concessão do título ora proposto, visto que atende aos preceitos constitucionais e ao que dispõe a Lei Estadual nº 12.510/95.

Fortaleza, 14 de maio de 2021.

DEPUTADO FERNANDO SANTANA Vice-Presidente



PROJETO DE LEI Nº 00615/2019

AUTORA: DEPUTADA FERNANDA PESSOA

ASSUNTO: DESARQUIVAMENTO DO PROJETO DE LEI N°243/2017 - CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO CEARENSE AO SENHOR CARLOS MANUEL RESENDE DE OLIVEIRA.

RELATOR: DEPUTADO FERNANDO SANTANA.

PARECER: FAVORÁVEL.

APROVADO O PARECER

Deputado Evandro Leitão PRESIDENTE

Deputado Fernando Santana 1º VICE-PRESIDENTE

Deputado Fernanda Pessoa 2º VICE-PRESIDENTE (em exercício)

Deputado Antônio Granja 1º SECRETARIO

Deputado Audic Mota 2º SECRETÁRIO

Deputada Erika Amorim 3ª SECRETÁRIA

Deputado Ap. Luiz Henrique 4º SECRETÁRIO Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO

Descrição: APROVAÇÃO

Autor: 99725 - EVA SARA STUDART ARAÊJO PEREIRA

Usuário assinador: 99333 - ANTONIO GRANJA

Data da criação: 25/05/2021 09:47:49 **Data da assinatura:** 26/05/2021 11:03:06



PRIMEIRA SECRETARIA

DESPACHO 26/05/2021

APROVADO EM DICUSSÃO INICIAL E VOTAÇÃO 8ª (OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 20 DE MAIO DE 2021.

APROVADO EM DISCUSSÃO FINAL E VOTAÇÃO NA 15ª (DÉCIMA QUINTA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 20 DE MAIO DE 2021.

APROVADO EM VOTAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL NA 16ª (DÉCIMA SEXTA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 20 DE MAIO DE 2021.

ANTONIO GRANJA

1º SECRETÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará AUTÓGRAFO DE LEI NÚMERO CENTO E VINTE E NOVE

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO CEARENSE AO SENHOR CARLOS MANUEL RESENDE DE OLIVEIRA.

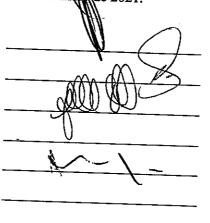
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

DECRETA:

Art. 1.º Fica concedido o Titulo de Cidadão Cearense ao Senhor Carlos Manuel Resende de Oliveira, natural de Romariz, Portugal.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PACO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 20 de mejo de 2021.



DEP. EVANDRO LEITÃO PRESIDENTE DEP. FERNANDO SANTANA 1.º VICE-PRESIDENTE DEP. FERNANDA PESSOA 2.ª VICE-PRESIDENTE (em exercício) DEP. ANTÔNIO GRANJA 1.º SECRETÁRIO DEP. AUDIC MOTA 2.º SECRETÁRIO DEP. ÉRIKA AMORIM 3.ª SECRETÁRIA DEP. AP. LUIZ HENRIQUE 4.º SECRETÁRIO

Governador

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

Vice-Governadora

MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO

Casa Civil

FRANCISCO DAS CHAGAS CIPRIANO VIEIRA

Procuradoria Geral do Estado

JUVÊNCIO VASCONCELOS VIANA

Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado

ALOÍSIO BARBOSA DE CARVALHO NETO

Secretaria de Administração Penitenciária

LUÍS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO

Secretaria das Cidades

JOSÉ JÁCOME CARNEIRO ALBUQUERQUE

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior

INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA

Secretaria da Cultura

FABIANO DOS SANTOS

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

FRANCISCO DE ASSIS DINIZ

Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho

FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR

Secretaria da Educação

ELIANA NUNES ESTRELA

Secretaria do Esporte e Juventude

ROGÉRIO NOGUEIRA PINHEIRO

Secretaria da Fazenda

FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO

CARNEIRO PACOBAHYBA

Secretaria da Infraestrutura

LUCIO FERREIRA GOMES

Secretaria do Meio Ambiente

ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO

Secretaria do Planejamento e Gestão

CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO

Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania,

Mulheres e Direitos Humanos

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO

Secretaria dos Recursos Hídricos

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA

Secretaria da Saúde

CARLOS ROBERTO MARTINS RODRIGUES SOBRINHO

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social

SANDRO LUCIANO CARON DE MORAES

Secretaria do Turismo

ARIALDO DE MELLO PINHO

Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário

RODRIGO BONA CARNEIRO



§ 3.º Os prontuários médicos com registro de violência contra o idoso deverão ser encaminhados para a Secretaria de Segurança Pública do Estado e para a autoridade policial do município, e/ou área, em que ocorreu o atendimento.

§ 4.º O encaminhamento deverá ser realizado em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da constatação pelo profissional de atendimento médico.

§ 5.º O profissional da saúde que identificar sinais ou suspeitar da prática de violência contra a pessoa idosa deverá efetuar o registro no prontuário de atendimento e encaminhá-lo às autoridades constantes no § 3.º deste artigo, para a devida apuração dos fatos e sob pena de sanção administrativa.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 31 de maio de 2021.

Camilo Sobreira de Santana GOVERNADOR DO ESTADO

LEI Nº17.512, 31 de maio de 2021.

(Autoria: Fernanda Pessoa)

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO CEARENSE AO SENHOR CARLOS MANUEL RESENDE DE OLIVEIRA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1.º Fica concedido o Titulo de Cidadão Cearense ao Senhor Carlos Manuel Resende de Oliveira, natural de Romariz, Portugal.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 31 de maio de 2021.

Camilo Sobreira de Santana GOVERNADOR DO ESTADO

*** *** ***

LEI Nº17.513, 31 de maio de 2021.

(Autoria: Sérgio Aguiar)

DENOMINA MARINO ARAÚJO MONTEIRO A ARENINHA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE JIJOCA DE JERICOACOARA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica denominada Marino Araújo Monteiro a Areninha localizada na rua Campo Maior, no Município de Jijoca de Jericoacoara.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 31 de maio de 2021.

Camilo Sobreira de Santana GOVERNADOR DO ESTADO

*** *** ***

LEI Nº17.514, 31 de maio de 2021.

(Autoria: Dra. Silvana)

CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ENTIDADE PEPE-MASSANGANA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE ITAITINGA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É considerada de utilidade pública a entidade Pepe-Massangana, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Itaitinga, no Estado do Ceará, com nome fantasia Casa de Recuperação Shema.